

“A Minha Escola Adopta um Museu”: memórias da 1ª edição do concurso

“Mi Escuela Adopta un Museo”: recuerdos de la primera edición del concurso

“My School Adopts a Museum”: memories of the 1st edition of the contest

Marta Ornelas

martasobralornelas@gmail.com

Doutoranda em Arte y Educación- pedagogías culturales en patrimonio, museos y espacios expositivos na Faculdade de Belas Artes da Universidade de Barcelona

Investigadora do Centro de Estudos das Migrações e Relações Interculturais (CEMRI)

Bolsista da Fundação para a Ciência e Tecnologia

Tipo de artigo: Relato de experiência

RESUMO

O concurso “A Minha Escola Adopta um Museu” teve a sua 1ª edição no ano lectivo de 2005/2006 por iniciativa conjunta do Ministério da Cultura e do Ministério da Educação de Portugal. Dirigido a estudantes do ensino básico e secundário, pretendeu estimular o conhecimento da realidade museológica nacional, através do contacto de escolas com os museus, sensibilizando os jovens para a conservação, protecção e valorização do património cultural. (DGIDC & IPM, 2005).

Particpei neste concurso com uma das minhas turmas do 8º ano de escolaridade, à qual leccionava a disciplina de Educação Visual. Apresento neste artigo o processo e o resultado dessa experiência, que teve lugar durante cerca de três meses. Creio que, globalmente, o projecto foi bem sucedido, embora o processo necessitasse de alguns acertos, nomeadamente na elaboração do regulamento.

No entanto, nos dias de hoje, oito anos volvidos, o mesmo concurso já vai na 7ª edição e continua a ser dinamizado quase exactamente nos mesmos moldes, apesar de existirem novas realidades e necessidades nas escolas.

Palavras-chave: concurso; projecto; património local; relação escola-museu.

RESUMEN

El concurso “Mi Escuela Adopta un Museo” tuvo su primera edición en el año académico de 2005/2006 a través de una iniciativa conjunta del Ministerio de Cultura y el Ministerio de Educación portugueses. Dirigido a estudiantes de educación primaria y secundaria, tenía la intención de estimular el conocimiento de la realidad museológica portuguesa, poniendo las escuelas en contacto con los museos, sensibilizando los jóvenes para la conservación, protección y valorización del patrimonio cultural. (DGIDC & IPM, 2005).

He participado en este concurso con una de mis clases de 8º grado, a quien enseñé la disciplina de Educación Visual. En este artículo, presento el proceso y el resultado de esa experiencia, que tuvo lugar durante tres meses. Creo que, en general, el proyecto fue un éxito, aunque el proceso exigiera algunos cambios, sobre todo en la elaboración de los reglamentos.

Sin embargo, hoy, ocho años después, lo mismo concurso ya sigue en su 7ª edición y continúa a ser impulsado casi exactamente de la misma manera, aunque haya nuevas realidades y necesidades de las escuelas.

Palabras clave: concurso; proyecto; patrimonio local; relación escuela-museo.

ABSTRACT

The contest “My School Adopts a Museum” had its first edition in the academic year of 2005/2006 through a joint initiative of the Portuguese Ministry of Culture and the Portuguese Ministry of Education. Aimed at students in primary and secondary education, it intended to stimulate the knowledge of the portuguese museological reality, by providing the contact between schools and museums, and sensitize young people for the conservation, protection and enhancement of cultural heritage. (DGIDC & IPM, 2005).

I’ve participated in this contest with one of my classes of the 8th grade, to whom I taught the subject of Visual Education. In this article, I’ll present the process and the result of that experience, which took place for about three months. I believe that, overall, the project was successful, although the process needed to be reviewed, starting on the draft of the regulations.

However, today, eight years later, the same competition is now in its 7th edition and continues to be boosted almost exactly in the same way, although there are new realities and needs in schools.

Keywords: contest; project; local heritage; relationship school-museum.

INTRODUÇÃO: contextualização da escola, da turma e do concurso

Uma escola da periferia de Lisboa, a Escola Secundária de Gama Barros, fica situada numa zona de densidade populacional elevada constituída em grande parte por imigrantes africanos, construção residencial desordenada, reduzido grau de escolarização e baixa qualidade de vida. Nesta escola, uma turma do 8º ano de escolaridade à qual leccionei a disciplina de Educação Visual participou na 1ª edição do concurso “A Minha Escola Adopta um Museu”, uma iniciativa conjunta de dois ministérios portugueses, Ministério da Cultura e Ministério da Educação, que teve lugar pela primeira vez no ano lectivo de 2005/2006. Os organismos responsáveis pelo concurso eram a Direcção-Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular (DGIDC) e o Instituto Português de Museus (IPM). O concurso tinha como objectivo estimular o conhecimento da realidade museológica nacional, através do contacto de escolas com os museus, sensibilizando os jovens para a conservação, protecção e valorização do património cultural. (DGIDC & IPM, 2005). Implicava a apresentação de trabalhos realizados em grupos de alunos/as, sob a orientação de um/a professor/a, no âmbito das artes visuais (ou outras áreas artísticas e literárias), tendo como referência um testemunho pertencente ao acervo de um museu seleccionado pela organização.

A turma era composta por 21 estudantes (dos 13 aos 16 anos), onde, no início do ano escolar, apenas seis manifestavam interesse em frequentar a disciplina opcional de Educação Visual no 9º ano de escolaridade. O projecto resultou em cinco trabalhos de grupo, com base no “Sarcófago Etrusco de Vipinanas” pertencente ao Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas, situado no mesmo concelho da escola. O regulamento deixava em aberto as práticas pedagógicas a utilizar, mas o meu trabalho na orientação dos projectos dos/as alunos/as estava condicionado pelas regras a que se deviam circunscrever às práticas, descritas no Programa de Educação Visual e no *Ajustamento*, datados de 1991 e 2001, respectivamente, fariam prever que as abordagens apresentadas tivessem um carácter demasiado instrumentalista, até pouco inovador. Enquanto o Programa de Educação Visual não for revisto e actualizado, a Escola debater-se-á sempre com este tipo de constrangimentos.

PREPARAÇÃO: o museu na escola e a escola no museu

Apresentei à turma a minha ideia de concorrermos ao concurso “A Minha Escola Adopta um Museu”, explicando o regulamento com detalhe. A turma acedeu com motivação e logo iniciámos o processo. Uma vez que os/as alunos/as iriam realizar um trabalho relacionado com um museu arqueológico e com um testemunho etrusco, pedi-lhes primeiro que realizassem uma pesquisa orientada sobre o que é um museu arqueológico e sobre a civilização etrusca. Para iniciar o contacto entre a turma e o museu em questão, solicitei a uma das técnicas do Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas que se deslocasse à escola para melhor fazer um enquadramento da visita que iria suceder. Com simpatia e entusiasmo, a técnica do museu visitou a escola e conheceu a turma, à qual apresentou a contextualização da existência do Museu e da sua cripta etrusca. Forneceu ainda aos/às estudantes um conjunto de fotografias de pormenores do sarcófago e folhetos promocionais do museu. Na aula seguinte, a partir das fotografias do sarcófago, cada aluno/a realizou um desenho de observação a grafite, de modo a familiarizar-se com os aspectos formais mais significativos da peça, ainda sem ter contacto real com a mesma. Nesta escola da periferia de Lisboa, os/as adolescentes raramente contactam *in loco* com obras de arte, pelo que, como sua professora, achei importante que o complemento ao ensino da sala de aula pudesse contemplar a obra de arte em contexto museológico como um importante recurso, tal como defende Oliveira (2011).

A visita dos/as alunos/as ao museu possibilitou o diálogo formal com a obra de arte, que reproduziram num desenho durante cerca de uma hora e meia, e a aproximação ao acervo do museu, através da visita guiada à exposição, pela mesma técnica que tinha estado antes com a turma na escola, reforçando os conceitos de protecção do património artístico e cultural local sugeridos no programa da disciplina e no regulamento do concurso (imagens 1 e 2).



Imagem 1. Alunos/as desenhando no Museu.



Imagem 2. Desenho realizado por uma aluna.

DESENVOLVIMENTO DO PROJECTO: cinco equipas de trabalho

Seguidamente à visita ao museu, em sala de aula, abordei a visita com a turma, recolhendo opiniões sobre o que se tinha passado no museu. Os/as alunos/as mostraram interesse na visita, no espaço do museu (interior e exterior) e sobretudo no acto de desenhar no museu (algo que desconheciam poder fazer), mesmo aqueles/as que criam não saber desenhar. Pedi à turma que se dividisse em grupos de 5 no máximo, tal como ditava o regulamento, e que cada grupo pensasse numa proposta de trabalho, uma criação

artística com base no Sarcófago Etrusco de Vipinanas. Entretanto, e de acordo com o programa curricular da disciplina de Educação Visual, abordei os seguintes conteúdos, através de exposições verbais acompanhadas de recursos audiovisuais: luz; cor; visão e percepção; luz como processo físico. Como as salas de aula não dispunham de projector (nem de computador), utilizava-se a biblioteca (se estivesse disponível, mediante requisição prévia), que tinha estes equipamentos, necessários à visualização de imagens recolhidas na internet. Solicitei também a colaboração de outros/as professores/as da turma para que abordassem os mesmos conteúdos na mesma altura do ano lectivo, beneficiando as aprendizagens sob diferentes pontos de vista, consoante as disciplinas: para o tema da visão e percepção, contámos com o apoio da professora de Educação Física; para o tema da luz como processo físico fomos apoiados/as pelo professor de Físico-Química.

Cada proposta de trabalho realizada pelos grupos contemplou: as fases necessárias, o material para a execução e o resultado esperado. Os cinco projectos foram construídos através de uma abordagem ao programa de Educação Visual direccionada especificamente para os contrastes de cor: contraste de cor em si; contraste quente-frio; contraste de complementaridade; contraste de qualidade (Itten, 1986). Dando orientação aos trabalhos, procurei que os grupos criassem um objecto artístico bi ou tridimensional que partisse de um pormenor da peça estudada.

Estes projectos sedimentaram-se na experimentação e na descoberta de forma autónoma. Tendo em conta os princípios da teoria construtivista e o legado de John Dewey (Ramalho, 2011), Jean Piaget (Lourenço, 2005) e Jérôme Bruner (Smith, 2002), tentei valorizar práticas pedagógicas com objectivos conducentes ao despertar da criatividade e da curiosidade, proporcionando a cada aluno/a ir ao encontro pessoal de significados e desenvolver competências adaptadas a si próprio/a, de acordo com a compreensão que tinha sido capaz de gerar relativamente ao mundo em seu redor, potenciando a valorização pessoal e a autoconfiança (Silva, 2007). A participação dos/as alunos/as nos processos permitiu a resolução de problemas através de diferentes estratégias que adoptei, como por exemplo: colocar-lhes questões - *para que serve? para*

quem serve? o que vos move? o que vos importa? como vos implica?; sugerir-lhes procedimentos - técnicos e metodológicos; solicitar-lhes o planeamento do trabalho, o que permitiu que fossem eles/as a determinar os seus próprios objectivos; incentivar a cooperação em grupo, promovendo a interacção social. Todo o processo se revestiu de um constante diálogo entre mim e os/as alunos/as, com vista a um questionamento permanente, por parte deles/as, sobre as suas concepções de arte, de produção artística e de necessidade de valorização e preservação do património, bem como do papel de cada sujeito nesta matéria. No final, os resultados conseguidos por cada grupo de trabalho foram positivamente surpreendentes, os/as alunos/as foram capazes de construir objectos originais com um potencial criativo revelador de um investimento pessoal muito determinado. Os trabalhos exigiram a participação destes/as jovens em aulas extraordinárias, fora do seu horário escolar. A motivação destes/as alunos/as superou o constringimento de o tempo das aulas de Educação Visual ser curto para a realização das suas propostas. De forma voluntária, combinaram comigo as horas disponíveis e salas da escola para poderem continuar e terminar os seus trabalhos com o meu acompanhamento, também voluntário. Os cinco trabalhos resultaram na produção de: um mobile; um *puzzle*; um instrumento de ilusão óptica; e dois baixos-relevos (imagens 3 e 4).

Este tipo de práticas projectuais, que possibilitam o questionamento, permite aos/às estudantes o acesso a uma variedade maior de hipóteses de aprendizagem, criando oportunidades para a participação de alunos/as de culturas diferentes (Railsback, 2002). Contudo, apesar da diversidade cultural da turma, as suas produções artísticas acabaram por ser idênticas em termos estéticos. Regra geral, os/as jovens reflectem as referências sociais vigentes, interiorizando e reproduzindo os padrões dominantes da cultura que os absorveu (Bahia, Gomes & Ornelas, 2008).

AValiação: dos/as alunos/as, do processo e da iniciativa

Conjuntamente com os/as alunos/as, ponderámos a avaliação do seu desempenho, por forma a encontrarmos uma moderação, com base na observação contínua e na identificação de resultados favoráveis e desfavoráveis, tendo em conta a resposta para o grau de competencialização, tanto nos processos de elaboração como nos resultados desses processos. A auto-avaliação, processo interno ao próprio sujeito, criou um compromisso professora-aluno/a, permitindo que os/as alunos/as avaliassem o seu desempenho em relação aos objectivos que estabeleceram, através de uma abordagem positiva do erro (Santos, 2002). Cada aluno/a pôde expressar-se relativamente à sua prestação e ao cumprimento de regras e objectivos. A maioria considerou que manifestou empenho e



Imagem 3. Mobile, com reutilização de cartão.



Imagem 4. Baixo-relevo, com papel reciclado e casca de ovo.

responsabilidade, soube trabalhar em equipa e gostou de realizar o trabalho. Assinalaram dificuldades relacionadas com questões técnicas de desenho, com a organização do grupo e com a escassez de tempo de realização. Foi também a maioria dos/as alunos/as que indicou conhecer melhor o património do concelho da escola, sendo capaz de valorizar mais a sua protecção, na medida em que o questionamento efectuado durante o processo permitiu que cada um/a se posicionasse como membro de uma comunidade detentora de um acervo valioso – que é seu, e não “do museu”. Estes resultados foram reveladores da importância assumida pelo desenvolvimento do projecto, uma vez que os objectivos propostos foram atingidos com bom aproveitamento.

Apesar dos trabalhos não terem sido premiados no concurso, grande parte dos/as alunos/as considerou que o projecto contribuiu para o seu desenvolvimento pessoal e para a ampliação dos seus conhecimentos, referindo o desenho de observação no museu como uma das fases mais entusiasmantes, algo que pensavam que não seria permitido fazer num museu, reforçando a ideia de que as crianças e os jovens devem começar desde cedo a visitar e a interagir com os espaços museológicos, para “dessacralizarem” aquilo que vêem sem demonstrar qualquer tipo de preconceito perante o que está exposto (Loureiro, 2004). Por outro lado, é importante que os museus tenham uma abertura significativa para pensarem os seus discursos museológicos de forma a contemplarem posições não hegemónicas que permitam o micro-relato (Acaso, 2012), pois caso contrário, acabarão por não contribuir para a possibilidade da existência de pensamento crítico.

Como professora desta turma e neste contexto, avalio positivamente o concurso “A Minha Escola Adota um Museu”, considerando que foi uma primeira edição em que se experimentaram processos e metodologias. Contudo, essa experimentação deveria ter sido avaliada para que o regulamento fosse ajustado em edições posteriores. No nosso caso sentimos necessidade de ajustes sobretudo a dois níveis: (1) redução da carga burocrática necessária para a participação das escolas; (2) maior acompanhamento e envolvimento das entidades promotoras no trabalho realizado pelas escolas.

DISSEMINAÇÃO: a partilha dos projectos... e das frustrações

Depois dos trabalhos estarem concluídos, solicitei aos/as alunos/as que apresentassem os produtos finais em sala de aula e se disponibilizassem para a troca de opiniões, entre todos os elementos da turma. Os/as alunos/as acederam, o que fomentou a capacidade de análise, o desenvolvimento do espírito crítico e a discussão de posições com base na sensibilidade e nos conhecimentos adquiridos. Depois destas apresentações em sala, a comunidade escolar teve acesso aos trabalhos através de uma reportagem no jornal da escola, de uma exposição no final do ano lectivo e de um blogue sobre o projecto.

Como o regulamento do concurso referia que os trabalhos seriam expostos no Museu Nacional de Soares dos Reis, no Porto, organizei uma visita de estudo àquele local, a 300 quilómetros de distância da escola, superando todos os constrangimentos burocráticos inerentes à organização de visitas de estudo nas escolas portuguesas. O esforço empreendido pelos/as alunos/as para angariar fundos para tão onerosa viagem foi notório e reconhecido pela Direcção da Escola, que contribuiu monetariamente com o valor que estava ainda em falta. A motivação ansiosa de ver expostos num museu os seus trabalhos, provocou nos/as alunos/as uma valorização de si mesmos/as como indivíduos. É raro que os museus exponham trabalhos escolares, por isso esta seria uma oportunidade significativa. No entanto, é importante salientar que quando os museus expõem trabalhos de escolas geralmente confinam-nos a uma sala onde dezenas ou mesmo centenas de trabalhos de crianças e jovens se atropelam na tentativa de se fazerem notar.

Quando chegámos ao Museu Nacional Soares dos Reis, fomos surpreendidos/as com o tamanho reduzido da exposição, que contemplava apenas os trabalhos vencedores do concurso. Sem aviso prévio, os promotores do concurso excluíram todos os trabalhos que não tinham sido premiados. Tamanho esforço, recursos e expectativas nesta etapa final foram completamente defraudados, sem qualquer explicação. Não obstante a evidente frustração, minha e dos/as alunos/as, valeram as actividades práticas no museu: jogos preparados e orientados por profissionais do Serviço Educativo, que nos explicaram que não éramos a primeira escola a visitar a exposição e a ter a mesma

decepção de não ver expostos os trabalhos submetidos ao mesmo concurso. Aproveitámos e visitámos um pouco da cidade do Porto, que os/as alunos/as não conheciam, onde também conviveram com outros/as estudantes de outras escolas que participaram no mesmo concurso.

CONCLUSÕES: adaptação a novas realidades

A realização deste projecto leva a crer que, através de metodologias adequadas, a consolidação da relação entre a escola e o museu poderá ser promotora do sucesso escolar e até da motivação dos/as alunos/as para prosseguirem estudos em áreas artísticas, como aconteceu com todos/as os/as alunos/as desta turma, que acabaram por escolher Educação Visual como disciplina opcional no 9º ano de escolaridade. No entanto, nem todos/as puderam beneficiar da sua escolha, uma vez que a escola foi obrigada a gerir a sua oferta educativa de acordo com os recursos humanos de que dispunha. Como resultado, parte destes/as alunos/as, apesar de terem escolhido a disciplina de Educação Visual, foram obrigados a frequentar a disciplina de Educação Tecnológica no 9º ano.

Creio poder apontar importantes ganhos obtidos com o desenvolvimento desta iniciativa do concurso, por ter possibilitado uma valiosa aprendizagem, não só de conteúdos, mas também de relações humanas e da superação de metas estabelecidas. O processo contribuiu para a ampliação da autonomia, auto-estima, sentido de solidariedade, capacidade para trabalhar em equipa, espírito crítico e desenvolvimento intelectual e pessoal dos/as alunos/as, a par de uma especial atenção para a preservação do património que sentem como seu e da vontade em continuar a aprender Educação Visual. A relação criada entre a escola e o museu ficará na sua memória, creio, como um acto de participação na comunidade, o que significa um avanço no seu desenvolvimento pessoal e intelectual.

Os processos de ensino-aprendizagem apresentam necessidades que se renovam a cada ano que passa. Desde esta experiência relatada até aos dias de hoje passaram oito anos. A escola tem hoje novas funções orgânicas e novas tarefas atribuídas aos professores, que tiveram de se adaptar ao novo alunado, que apresenta agora necessidades

diferentes e mais exigentes, por exemplo, ao nível da utilização das TIC, da diversidade cultural cada vez mais evidente e variada, do desfavorecimento socioeconómico fruto das desigualdades sociais cada vez mais marcadas, ou ainda da redução do tempo que os/as professores/as lhes podem dedicar, por se verem emaranhados num conjunto de tarefas burocráticas. As escolas nem sempre conseguem fomentar a participação em projectos que impliquem visitas a museus, fruto de uma legislação que dificulta a ausência dos/as alunos/as da sala de aula, sob o argumento de “perda” de conteúdos programáticos. Os/as professores/as são penalizados/as na obrigação de repor as aulas que deixaram de leccionar por acompanharem os/as alunos/as às visitas de estudo, o que compromete a motivação para um trabalho que implica horas extraordinárias sem qualquer remuneração (Eça & Ornelas, 2011).

Grande parte dos museus vai respondendo aos desafios de uma nova escola, na diferenciação de públicos e das actividades que lhes são direccionadas, cada vez mais atractivas, marcadas também pela introdução, ainda pouco significativa, de projectos de continuidade que implicam várias visitas no mesmo ano escolar. No entanto, ainda é muito marcante um tipo de discurso ocidentalizante que não beneficia a diversidade cultural que marca a população escolar da actualidade, sobretudo nos grandes centros urbanos.

Nas edições seguintes do concurso “A Minha Escola Adopta um Museu”, o regulamento não foi alterado e manteve-se intacto, nomeadamente na 5ª edição, que aconteceu em 2010/2011, após um interregno de um ano por dificuldades de agenda das novas chefias da DGIDC. Como se a realidade escolar em nada se tivesse alterado, o regulamento do concurso da 5ª edição apenas estendeu a sua actividade aos palácios e monumentos e clarificou que os trabalhos presentes na exposição final seriam apenas os vencedores. Este regulamento voltou a insistir na burocracia, que sempre incluiu uma inscrição prévia correspondente a um pormenorizado plano de trabalho por cada grupo de cinco estudantes, assinado pelo órgão de gestão da escola e pelo museu. O prazo de entrega deste documento, na 5ª edição, foi alargado, tendo em conta que, na 1ª edição, era demasiado cedo, ao fim de um mês de

aulas, quando, juntamente com o bulício característico do início do ano lectivo, professores/as e alunos/as ainda estão a aprender a relacionar-se. Na apresentação dos trabalhos a concurso, manteve-se a obrigatoriedade de cada professor entregar, por cada grupo de alunos/as, um relatório textual validado pelo órgão de gestão da escola e cada trabalho validado pelo museu adoptado. A par da solicitação destas obrigações excessivamente burocráticas, as entidades promotoras continuaram a descurar o seu envolvimento com o trabalho realizado nas escolas, não tendo previsto qualquer acompanhamento. Em cada uma das edições, a inauguração das exposições dos trabalhos vencedores manteve-se para o dia 18 de Maio, o Dia Internacional dos Museus, ignorando o calendário escolar, levando as escolas a adaptar-se ao calendário dos museus.

No que respeita aos níveis de participação em cada edição, de acordo com os dados disponíveis, na 1ª edição participaram 1983 alunos e 174 professores (Gelpi e Ferraz, 2006). Na 4ª edição houve um decréscimo muito significativo de participações, quase metade, 1000 alunos e 102 professores (IPTA, 2009), o que leva a crer que talvez possa ter havido desinteresse das escolas em acompanhar algo que não se conseguiu adaptar a um novo contexto escolar. A informação sobre o número de participantes na 5ª edição não se encontra disponível ao público em geral. A 6ª edição trouxe algumas alterações ao regulamento, que foi divulgado apenas no mês de Fevereiro de 2012, mantendo o prazo de entrega idêntico aos dos anos anteriores, para que a exposição final inaugurasse a 18 de Maio. Neste novo regulamento eliminou as inscrições e a validação dos trabalhos pelo museu adoptado, o que é positivo porque aligeirou a burocracia. No entanto, as escolas tiveram apenas sete semanas para planear e entregar os seus “portfolios”, designação dada agora aos trabalhos do alunado e relatório do/a professor/a, prazo aparentemente insuficiente, tendo em conta a carga horária das disciplinas de educação artística no 3º ciclo, que correspondiam a 90 minutos, uma vez por semana, facto a que o regulamento pareceu alhear-se totalmente. Este regulamento incluiu ainda um contacto de email para esclarecimento de dúvidas e uma nova regra: a selecção prévia dos trabalhos pelos serviços educativos dos museus com os quais as escolas trabalharam, selecção

essa, anterior à do júri final. Foi criada uma categoria específica para a participação dos/as alunos/as de Educação Especial. Comparativamente com a 1ª edição, houve uma descida substancial do valor monetário dos prémios (de 100€ para 20€). Tal como na 5ª edição, na 6ª também não foram divulgados o número de participantes pelas entidades organizadoras.

Na 7ª edição (a actual) o regulamento, em quase tudo idêntico ao da 6ª edição, veio trazer novidades nos prazos para a entrega dos trabalhos, mais adaptados ao calendário escolar. Em vez de Março, a entrega dos trabalhos passou a ser no mês de Maio e a exposição inaugurou a 6 de Junho.

Dados os benefícios já descritos neste texto relativamente à participação das escolas nesta iniciativa, seria producente uma adaptação, quer das escolas, quer dos museus, para que a relação entre as duas instituições fosse mais profícua. As escolas, embora tenham que respeitar a legislação vigente, poderiam ser mais abertas a projectos que impliquem deslocações frequentes ao exterior, permitindo a realização de visitas de estudo, sem penalizações para os/as professores/as e aligeirando a carga burocrática geralmente associada, bem como diminuindo a necessidade das diversas autorizações a nível hierárquico. Em Portugal, os regulamentos das visitas de estudo de cada escola são muito burocratizados. Por outro lado, uma vez que as escolas dispõem de mecanismos legais para efectuar aulas de substituição, os/as professores/as não deveriam ser penalizados com a reposição de aulas extraordinárias, até porque esta tarefa representa trabalho extra que não é remunerado.

Por seu turno, os museus poderiam demonstrar uma maior capacidade de acompanhamento às escolas participantes, bem como liberdade de selecção dos testemunhos dos seus acervos por parte das escolas. Deveriam ainda apresentar um tipo de discurso mais adequado à diversidade cultural, social e etária existente na população escolar, o que certas vezes não acontece.

Finalmente, as instituições governamentais que regulamentam este concurso deveriam ter em atenção os problemas com que as escolas e os museus se têm deparado ao longo de todas as edições, fazendo uma avaliação detalhada das participações, com o objectivo

de melhorar os resultados, começando pelo ajustamento do regulamento às necessidades dos intervenientes, como a redução da burocracia necessária, e passando pelo acompanhamento dos projectos através do contacto regular com os/as alunos/as, professores/as e profissionais de museus que voluntariamente participam. Continuam a ser desconhecidos os critérios de selecção dos elementos do júri. Dando continuidade ao regulamento da 7ª edição, em futuras edições os prazos do concurso não se devem reger pelo Dia Internacional dos Museus, pois tal condiciona todos os prazos intermédios de forma desajustada para as escolas. O regulamento deve ser, por isso, dado a conhecer às escolas no início do ano lectivo, mas sem necessidade de inscrição prévia, para que estas possam programar as suas actividades e participar no concurso, já que, quando foi criado, previa “proporcionar oportunidades de contacto frequente [entre escolas e museus]” (Xavier, 2004), objectivo dificilmente alcançável, não só pelos constrangimentos das escolas, como também pela dificuldade em cumprir um plano de contacto frequente num espaço de tempo tão curto, sete semanas, ou sete aulas, como o que foi anunciado no regulamento da 6ª edição, tardiamente divulgado. No fundo, a solução passa pelo facto de escolas, museus e respectivas instituições governamentais atenderem às realidades e necessidades de todas as partes envolvidas, que contribuem para objectivos comuns.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACASO, M. (2012). Conferência Internacional *Em Nome das Artes ou em Nome dos Públicos?*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 12 Novembro (paper).
- BAHIA, S., GOMES, N. & ORNELAS, M. (2008). África num Portugal sem referências artísticas no *currículum* do 3º Ciclo. *Actas do Congresso Ibero-Americano de Educação Artística – Sentidos Transibéricos*. [DVD]. Beja: Instituto Politécnico de Beja.
- DGIDC & IPM. (2005). *Concurso “A Minha Escola Adopta um Museu”: Regulamento*. Lisboa: Direcção-Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular & Instituto Português de Museus. Acedido em Outubro 2, 2005, em <http://http://www.dgicd.min-edu.pt/>
- EÇA, T. & ORNELAS, M. (2011). *Innovative Teaching For European Museum Strategies: Report From APECV – Portugal*. Acedido em Junho 16, 2011, em http://www.anisa.it/items_documents.htm
- GELPI, H. & FERRAZ, H. (2006). A Minha Escola Adopta um Museu. *Revista Noesis*, 66, Julho/Setembro. Direcção-Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular. Acedido em Setembro 20, 2011, em http://sitio.dgicd.min-edu.pt/revista_noesis/Paginas/Arquivo.aspx
- IPTA. (2009). Concurso Escolar ‘A minha escola adopta um museu, um palácio, um monumento...’ *Notícia*. Instituto Profissional de Tecnologias Avançadas. Acedido em Janeiro 3, 2012, em <http://www.ipta.co.pt/web/conteudo/museuimprensa>
- ITTEN, J. (1986). *Art de la Couleur*. Leipzig: Dessain et Tolra.
- LOUREIRO, J. (2004). Marketing. *Serralves 1999-2004*. s.l.: Público.
- LOURENÇO, Orlando. (2005). Piaget e Vigotsky: Muitas Semelhanças, uma Diferença Crucial. In G. Miranda & S. Bahia (org.) *Psicologia da Educação: Temas de Desenvolvimento, Aprendizagem e Ensino* (52-71). Lisboa: Relógio D’Água Editores.
- OLIVEIRA, G. (2011). Pedagogia Não Tóxica e Pedagogia Crítica na Formação de Professores. *Revista Imaginar*, 53 (Janeiro). 45-53. Porto: APECV
- RAILSBACK, J. (2002). *Project-based instruction: Creating excitement for learning*. Portland, Oregon: Northwest Regional Educational Laboratory. Acedido em Outubro 14, 2011, em http://educationnorthwest.org/webfm_send/460
- RAMALHO, Priscilla. (2011). Pedagogia: John Dewey. *Educar para Crescer*. São Paulo: Abril. Acedido em Abril 10, 2012, em <http://educarparacrescer.abril.com.br/aprendizagem/john-dewey-307892.shtml>
- SANTOS, L. (2002). Auto-avaliação regulada: porquê, o quê e como? In P. Abrantes & F. Araújo (Orgs.), *Avaliação das aprendizagens. Das concepções às práticas* (75-84). Lisboa: Ministério da Educação, Departamento de Educação Básica.
- SILVA, S. (2007). Uma Abordagem à Experimentação e à Criatividade pelo Serviço Educativo do Museu Nacional de Etnologia. Comunicação apresentada na *Conferência Nacional de Educação Artística*. Porto: 29 a 31 de Outubro de 2007. Acedido em Abril 21, 2012, em <http://www.educacao-artistica.gov.pt/programaConf.htm>
- SMITH, M.K. (2002) Jerome S. Bruner and the process of education. The encyclopedia of informal education. Acedido em Abril 12, 2012, em <http://infed.org/mobi/jerome-bruner-and-the-process-of-education/>
- XAVIER, J. (Coord.) (2004). *Relatório do Grupo de Trabalho Ministério da Educação e Ministério da Cultura, Despacho Conjunto N.º 1062/2003, DR-II Série de 27 de Novembro*. Ministério da Educação e Ministério da Cultura. Acedido em Abril 21, 2012, em www.educacao-artistica.gov.pt/documentos/Rel_MEd_MC.pdf